

TCE-RO

INFORMATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PREGÃO PRESENCIAL

Tribunal de Contas do Estado promoveu cursos aos administradores sobre esta modalidade de licitação que vem possibilitando a obtenção de um bom resultado em relação à eficiência e economicidade.

Edição: abril e maio Ano II nº 10

Venda Proibida

Posse do Novo Conselheiro:
Valdivino Crispim toma posse na Corte.

Pg. 03



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

PRESIDENTE

Conselheiro José Euler Potyguara Pereira de Mello

VICE-PRESIDENTE

Conselheiro Edílson de Sousa Silva

CORREGEDOR

Conselheiro Jonathas Hugo Parra Motta

CONSELHEIROS

Conselheiro José Gomes de Melo

Conselheiro Rochilmer Mello da Rocha

Conselheiro Valdivino Crispim de Souza

AUDITORES

Lucival Fernandes

Hugo Costa Pessoa

Davi Dantas da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR GERAL

Kazunari Nakashima

PROCURADORES

Érika Patrícia Saldanha de Oliveira

Paulo Curi Neto

Yvonete Fontinelle Melo

SECRETÁRIO-GERAL DAS SESSÕES

Hermes Henrique Redana Nascimento

SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Francisco Gonçalves Rodrigues

SECRETÁRIO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

José Luiz do Nascimento

SECRETÁRIO-GERAL DE INFORMÁTICA

Silvio Bueno de Oliveira Franco

SECRETÁRIO-GERAL DE PLANEJAMENTO

Luiz Guilherme Erse da Silva

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Laércio Fernando de Oliveira Santos

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

CONSELHEIRO JOSÉ RENATO DA FROTA

UCHÔA

PRESIDENTE

Conselheiro José Euler Potyguara Pereira de Mello

GERENTE

Adão Franco

BOLETIM INFORMATIVO - EXPEDIENTE

Coordenador-Geral

Sérgio Gonçalves

Jornalista Responsável

Andréa Minuto 7718 - DRT/RS

Colaborador

Cleuber Rodrigues

Redação e fotos

Andréa Minuto, Cleuber Rodrigues, Iule Carla e

Sérgio Gonçalves

Arte gráfica e diagramação

Hugo Viana

Iule Carla Pinheiro Vargas

SUMÁRIO

ACONTECEU - 3

- Posse do Conselheiro Valdivino Crispim
- Posse do Auditor Davi Dantas da Silva
- Auditorias
- Palestras

ARTIGOS - 4

- Planejamento das auditorias públicas
- Tabela de atualização monetária

CAPA: Pregão - 6

- Licitação: Modalidade Pregão
- O TCE-RO na era do pregão
- Pregão Eletrônico: O futuro da licitação
- Tirando dúvidas

ANEXO - 09

- Conforto e funcionalidade
- A história

ESTAGIÁRIOS - 12

- Ampliando oportunidades de trabalho

PÓS-GRADUAÇÃO - 13

- Especialização para os servidores do TCE-RO

PLANEJAMENTO - 14

- Nova Secretaria entra em ação

PROMOEX - 15

- Sinal de partida

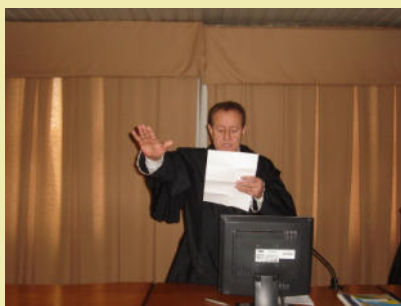
ACONTECEU...

Posse I

O auditor Valdivino Crispim de Souza tomou posse como novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no dia 19 de abril. Foi nomeado pelo Governador do Estado Ivo Cassol e aprovado pela Assembléia Legislativa, na vaga destinada a auditores por ocasião da aposentadoria compulsória do ex-Conselheiro José Baptista de Lima.

O Conselheiro Crispim está no Tribunal de Contas desde 1988, onde exerceu as funções de Técnico de Controle Externo e Assessor de Conselheiro. Em 2000 foi aprovado para o cargo de Auditor da Corte de Contas, sendo, portanto, o primeiro servidor de carreira que chega ao posto de Conselheiro em Rondônia.

Prestigiaram a posse o governador Ivo Cassol, o presidente da Assembléia Legislativa, Carlão de Oliveira, e outras autoridades.



Posse II

O técnico de Controle Externo Davi Dantas da Silva foi empossado como Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em 27 de abril. A solenidade de posse aconteceu durante sessão especial, que foi seguida da Reunião do Conselho de Administração da Corte.

O novo Auditor ingressou no Tribunal de Contas em 1988, para exercer o cargo de Técnico de Controle Externo. Em sua trajetória profissional, foi chefe dos Departamentos de Controle da Administração Direta e Indireta, ocupou o cargo de Secretário Geral de Controle Externo e foi assessor de Conselheiro.



Auditorias

Seguindo o cronograma de atividades de auditorias, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) realizou inspeções no mês de abril, nos municípios de Castanheiras, Novo Horizonte, Theobroma e Vale do Anari. Duas equipes de técnicos de Controle Externo seguiram para o interior e realizaram os levantamentos de verificação da regularidade dos gastos nos setores da Educação e da Saúde, referentes ao exercício de 2005. Também foram feitas auditorias nas Secretarias de Estado da Saúde e Educação, referentes ao exercício de 2005. Na segunda quinzena de maio, foram iniciadas as auditorias nos municípios de Presidente Médici, Governador Jorge Teixeira, Vale do Paraíso, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Costa Marques.

Palestra

No dia 20 de março, o diretor do Departamento de Controle dos Municípios do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (DCM-TCE), Omar Pires Dias, fez uma palestra sobre Prestação de Contas, no município de Cacoal, aos alunos do curso de Ciências Contábeis dos sexto e sétimo períodos da Unir. Ele abordou o lado prático do trabalho, envolvendo balanços públicos e demais demonstrativos exigidos pela legislação federal e pelo TCE-RO. Mencionou ainda as formas de controle do setor público, dando ênfase à composição da prestação de contas anual que as entidades devem encaminhar ao Tribunal para análise e emissão de parecer, bem como a obrigatoriedade da remessa de outros documentos exigidos pela Corte de Contas. Na ocasião, os acadêmicos puderam esclarecer uma série de dúvidas levantadas em sala de aula. ■

PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL

*Leonardo Emanuel Machado Monteiro **

O planejamento das Auditorias Públicas constitui peça chave do desenvolvimento governamental na medida em que utiliza recursos técnicos e científicos, bem como padrões de auditoria definidos internacionalmente voltados para uma visão desenvolvimentista da sociedade.

Primeiramente importa trazer à discussão o que se entende por desenvolvimento. Para alguns seria um processo de crescimento econômico acompanhado da distribuição da riqueza entre as pessoas.

Acontece que o crescimento econômico e a produção de riqueza exigem, além de conhecimento, exploração de recursos minerais, naturais, espaciais e outros. Nesse sentido, qual seria a medida exata da exploração desses recursos frente à necessidade de bem-estar das pessoas na atualidade, como também sobre as necessidades de bem-estar das gerações futuras? A ONU, a ESG e outras organizações oferecem conceitos de desenvolvimento bastante apreciáveis.

Outra abordagem oportuna é sobre o Planejamento. O planejamento com vistas ao desenvolvimento deve necessariamente levar em conta a situação desejada para o Brasil, manifesta no Planejamento Nacional.

Com referência à auditoria, costumeiramente se diz que a auditoria teve origem na Inglaterra do século XVI com os levantamentos do Rei João Sem Terra sobre receita e despesa, mas já entre os povos da Macedônia e da Suméria era possível coletar informações sobre levantamento de dados sobre os gastos.

A auditoria evoluiu de tal sorte que atualmente existem organismos internacionais como a INTOSAI, responsáveis pela elaboração e

aprimoramento dos padrões técnicos, visando torná-los condizentes com a atualidade.

O Planejamento da Auditoria Pública se torna uma ferramenta do desenvolvimento governamental se for capaz de prever a realização da auditoria relacionada com o Planejamento Nacional, pautada em recursos técnicos e científicos, que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas, ampliando suas capacidades e suas habilidades, bem como das gerações futuras, assegurando ainda os recursos do planeta.

** Técnico de Controle Externo - Departamento de Controle de Administração Direta*

O ENCONTRO DA UTILIDADE COM A SIMPLICIDADE: TABELA DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO TCE-RO

*Jacqueline B. S. Lima **

A tabela de Atualização Monetária do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, aprovada através da resolução nº 039/TCER-2006, surge como uma resposta à necessidade de adequar os procedimentos desta Corte na atualização monetária de débitos apurados e de penalidades pecuniárias fixadas, uma vez que tais procedimentos vinham sendo feitos adotando-se a UFIR Unidade Fiscal de Referência, extinta através da Medida Provisória nº 1.973 67, de 26/10/2000.

Para o atendimento dos objetivos e definição da metodologia adotada, várias pesquisas foram implementadas junto a outros Tribunais. Desta forma, para que houvesse uma padronização de procedimentos e critérios orientadores quanto à forma de atualização monetária, seguiu-se a metodologia implementada em cálculos judiciais pelo Tribunal de Justiça local que adotou o modelo definido pela Carta de São Luís (ano de 1997), pela qual sugeriu-se a adoção pelos Estados e Distrito Federal, da Tabela de Fatores de Atualização Monetária de autoria do especialista em cálculos judiciais, Dr. Gilberto da Silva Melo.

Respeitada a padronização, quis esta Corte, sob a coordenação do então Auditor Valdivino Crispim de Souza, ter a exata compreensão do sistema e construção da tabela para o uso neste Tribunal. Assim, foi refeita a trajetória histórica da política monetária e de indexadores, revelando os descompassos inflacionários da economia brasileira. Normas legais federais e jurisprudência dos Tribunais Superiores, especialmente da Corte Especial do STJ, conferem à tabela a confiabilidade na aplicação dos fatores de correção, e toda a memória de construção da tabela está disponibilizada neste material para consulta.

Na continuidade dos trabalhos, objetivando agilizar e simplificar os cálculos no uso da tabela, solicitou-se a SGI um sistema que deverá auxiliar tanto aos usuários internos (Intranet) quanto ao próprio jurisdicionado (Internet), com abrangência para o período a partir da instalação do TCE-RO (maio/1983). A utilidade deste instrumento de atualização, está na forma prática e simplificada pela qual se processarão as informações. Seu uso compreenderá basicamente na entrada do valor a que se queira atualizar, data do débito à época da imputação e data para atualização, e ao final, o sistema da Tabela de Atualização Monetária do Tribunal de Contas/RO, deverá apresentar seu resultado, já na moeda em curso, de modo que reflita todos os índices de correção dominantes e transformações monetárias ocorridas no período, bem como o cálculo dos juros.

** Assessora de Conselheiro - Gabinete Conselheiro
Valdivino Crispim de Souza*



PREGÃO

Todo mundo sabe, intuitivamente, o que é um pregão e já ouviu falar disso em relação à Bolsa de Valores. Trata-se de um modo de anunciar uma mercadoria para vendê-la. Apregoar é o verbo comumente utilizado como “anunciar em voz alta”. Existe também o chamado “pregão da estiva”, onde os lotes de estivadores oferecem seu preço para fazer a descarga de um navio.

Pois bem: o serviço público, através da Lei Nº.10.520, editada de 17/07/2002, adotou o pregão como uma das formas de licitação que pode utilizar para adquirir bens ou serviços de que necessite. O sistema pode ser adotado em inúmeras circunstâncias, mas é regido por normas bem peculiares, pois embora trazendo vantagens para a administração, deve ser muito bem regulado para se cingir às condições constitucionais exigidas para os atos de gestão pública. Nesta reportagem você aprenderá alguma coisa sobre esta nova modalidade de licitação.

Licitação: Modalidade Pregão

As novas modalidades de licitação, os chamados pregões presencial e eletrônico, vêm apresentando bons resultados em relação à eficiência e à economicidade. De acordo com o pregoeiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Márcio Rogério Gabriel, em alguns casos a economia nas compras chegou a 30%.

Mas o que vem a ser um pregão? De que forma ele pode ajudar a dinamizar a administração pública? Quais as vantagens em relação à Lei de Licitação, a famosa 8.666/93?

Bom, pregão é uma forma de escolher para comprar. Esta modalidade surgiu em 1997, nas licitações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Na época se observou a eficiência deste tipo de disputa entre os fornecedores, pois os preços eram oferecidos e havia a possibilidade de se fazer uma negociação para baratear o produto necessário.

Vendo essas vantagens, o Governo Federal decidiu editar a Medida Provisória 2.026/2000, que criava a modalidade de pregão nas licitações, mas somente para compras no âmbito da União.

Em 2002 essa MP foi convertida na Lei, o que veio possibilitar aos Estados e Municípios utilizarem esse mecanismo para aquisição dos produtos e serviços necessários.

O objetivo principal do pregão é tornar menos rígida a tramitação das compras em relação às formalidades exigidas pela 8.666/93. Na forma tradicional primeiramente é feita a análise jurídica das empresas licitantes (se elas estão ou não aptas a apresentarem propostas de venda de seus produtos). Só após feita essa avaliação é que se analisavam as propostas em si. “Em muitos casos, o valor apresentado pela empresa vencedora ainda era absurdamente caro e estava totalmente fora de preço de mercado”, informou Márcio Gabriel. Como o valor da proposta não pode ser modificado ou alterado, não havia como negociar um preço melhor.

Já nos casos de pregão isso é perfeitamente aceitável. Nestes casos, as melhores propostas para a administração são analisadas e tem-se a vantagem de poder negociar o preço. Só após essa fase é que se vai analisar a empresa nas questões jurídicas e quanto a sua capacidade de fornecimento do material oferecido. Caso ela apresente alguma irregularidade, é chamada a segunda colocada no pregão para negociar, inclusive os valores apresentados no primeiro momento.

O TCE-RO na Era do Pregão

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia já utiliza o sistema de pregão para aquisição de material. Com a regulamentação da Resolução nº 13 TCRO em 2003, foi possível iniciar os processos de pregão presencial.

Fator relevante do pregão presencial é a transparência da negociação. Como é feito com a presença dos proponentes, geralmente eles acabam negociando e abaixando o preço inicial.

Mas, para que essa modalidade seja eficaz, o estudo de preço de mercado é fundamental para quem estiver comandando os processos de pregão presencial e eletrônico. “Não tem como fazer um bom negócio, se não acompanhamos os valores de mercado dos produtos”, ressaltou Márcio Gabriel.

Como o pregoeiro é o responsável exclusivo no processo, ele conta com uma equipe de apoio, que dá todo o suporte necessário para agir com mais cuidado e critério na hora da negociação com os fornecedores e para tomar qualquer decisão.



Pregão Eletrônico: o Futuro da Licitação

Com origem também na Lei N.º.10.520, o pregão eletrônico é apontado como a forma principal de licitação a ser utilizada num futuro não muito distante. Mas, para que esta modalidade seja implantada em qualquer órgão ou entidade, é preciso ter suporte de um portal eletrônico público ou privado, que atenda os requisitos de segurança de dados e informações, através de criptografia.

A fase da disputa é totalmente em ambiente eletrônico. O envio das propostas se faz através de e-mail. Já a documentação da empresa pode ser enviada através de fax. As empresas fornecedoras para participar do certame, devem ser cadastradas nos portais para que se possa fazer as consultas nos bancos de dados de cadastro de fornecedores.

Para abrir uma licitação na modalidade de pregão eletrônico é preciso constar no edital todas as explicações do procedimento de envio das propostas e documentação das empresas concorrentes. No quesito publicidade, é obrigatório que a divulgação do edital se dê através de meios eletrônicos e imprensa oficial, e facultativa em jornais de grande circulação.

Todos os registros de pregão eletrônico devem ficar armazenados nos portais para consulta pública. O cidadão que queira consultar e acompanhar os pregões eletrônicos pode acessar os portais www.comprasnel.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br. Por esses dois endereços eletrônicos é possível a qualquer cidadão acompanhar os processos de compra dos órgãos que estão ali cadastrados. Com relação à invasão da segurança pelos famosos “hackers”, é necessário que o pregoeiro tenha conhecimento dos valores de mercado e fique atento a qualquer tipo de manobra. Márcio Gabriel explicou que soube que houve casos, muito poucos, é verdade, onde a diferença dos valores era muito pequena. “Nessa hora, o pregoeiro deve ser perspicaz e ter o bom senso de repetir o certame quando algo de estranho estiver ocorrendo”, ponderou o pregoeiro do TCE-RO.

Tirando dúvidas

Para os jurisdicionados, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia promoveu um curso sobre pregão presencial e eletrônico nos dias 17, 18 e 19 de abril. Estiveram presentes técnicos ligados à área de licitação das Prefeituras e Câmaras Municipais. Ministraram o curso o pregoeiro do TCE-RO, Márcio Gabriel, e o Técnico de Controle Externo, Flávio Cioffi Júnior.

Na ocasião, os instrutores abordaram todas as fases de ambas as modalidades, abrindo espaço para questionamentos. Segundo Flávio Cioffi Júnior, as principais dúvidas com relação aos pregões foram: quem pode ser pregoeiro? Qual a quantidade de membros fazem parte da equipe de apoio? É possível contratar obras e adquirir produtos de informática por meio de licitação na modalidade pregão? Ao final do curso, foi realizada uma simulação de um pregão eletrônico para que os participantes tivessem a chance de vivenciar, de uma forma prática, as várias fases do certame.



ANEXO: MAIS UMA CONQUISTA

Conforto e funcionalidade

As obras para a construção de um Anexo ao prédio-sede do TCE-RO deverão ter início ainda no primeiro semestre deste ano, tendo duração prevista para dez meses. O custo estimado é de R\$ 3.924.138,69 para uma área construída de 2.221 m². Não se trata de outro edifício tão alto quanto o atual, mas será certamente uma bela presença arquitetônica a marcar a paisagem das Pedrinhas. Mais do que tudo, ao se destinar prioritariamente aos gabinetes da Presidência e dos Conselheiros, libera quatro andares completos no edifício principal, permitindo um remanejamento total dos espaços hoje disponíveis.

A concepção arquitetônica do novo prédio é de autoria da arquiteta Cristina Barreiro. Ela dispôs em apenas quatro andares os vários gabinetes e as assessorias, mantendo com o edifício principal uma ligação através de passarelas aéreas que darão ao conjunto uma sensação de leveza e unidade, mantendo as características básicas que identificam a edificação mais antiga. Buscou o conforto e a funcionalidade em todos os detalhes, condições indispensáveis ao importante trabalho realizado pelos Conselheiros do TCE-RO.

A Secretaria Geral de Planejamento já iniciou os estudos para a etapa de ocupação das áreas a serem liberadas, antecipando-se às intensas alterações que serão provocadas com a inauguração do Anexo. Para tanto procurou identificar indicadores sobre a força de trabalho em exercício a sobre a área física útil ocupada do edifício-sede, de forma a buscar o melhor aproveitamento possível dos novos espaços que serão disponibilizados.



Visão lateral



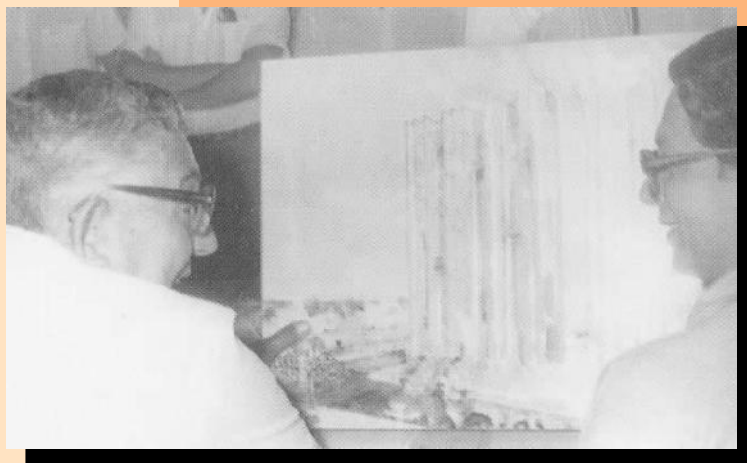
A inauguração do Anexo do TCE-RO, prevista para 2007, sem dúvida marcará uma nova etapa na história desta instituição que busca, através de um trabalho profícuo, inscrever seu nome entre as mais respeitadas do nosso Estado.

A história

Quando o Tribunal de Contas de Rondônia foi instalado pelo então Governador Jorge Teixeira, em 27 de abril de 1983, nem sede própria possuía. A posse dos Conselheiros se deu no auditório da antiga Aster, precursora da Emater de hoje, na Av. Farquhar defronte à Esplanada das Secretarias. Mas começou a funcionar, com apenas nossa colega Maria Auxiliadora Alves Oliveira como funcionária, numa sala do porão do Palácio Presidente Vargas.

Algum tempo depois o BERON cedeu três salas no prédio do relógio da Avenida 7 de Setembro, na primeira sede do nosso banco estadual. Ali o TCE-RO começou a se estruturar, com a criação das primeiras Secretarias. Nova mudança levou a Corte de Contas para o edifício fronteiro à Praça das Caixas d'Água, onde hoje funciona o Centro Integrado da Infância e da Juventude, na Avenida Rogério Weber. Mas como o espaço era exíguo, o Controle Externo e os Auditores foram para a Campos Sales, defronte à antiga loja da Varig.

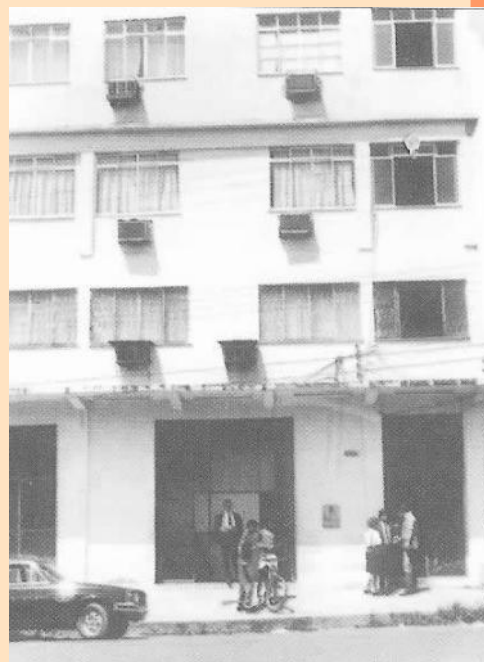
O projeto arquitetônico da futura sede do TCE/RO é apresentado ao Governador Jorge Teixeira de Oliveira. O projeto era ousado, já que seria um prédio de oito andares e de concepção arquitetônica moderna.



Foi dali, em 1986, que o TCE-RO finalmente partiu de mudança para sua sede definitiva, inaugurada naquele ano como o mais alto edifício construído no Estado até então. Com seus oito andares e fachada imponente, parecia que por muitos anos a Corte de Contas estaria bem acomodada para desenvolver seus trabalhos de controle externo das contas públicas.

Mas Rondônia cresceu muito depressa. Os municípios se multiplicaram rapidamente e dos doze existentes quando da criação do Estado, chegavam a cinquenta e dois em menos de duas décadas. A expansão do número dos jurisdicionados levou o TCE-RO a ocupar todos os espaços do seu edifício, especialmente após o concurso público realizado em 1994. A partir daí pouco se alterou o número de servidores do Tribunal, levando a uma enorme carga de trabalho para os quadros existentes.

Impõe-se agora a realização de novo concurso para ampliar o efetivo, especialmente do Controle Externo. Mas, e o espaço para receber estes novos servidores? É então que vai surgir, vinte anos após a ocupação de seu edifício-sede, o Anexo do TCE-RO, ainda sem nome, como a solução para nossos problemas de espaço físico.



Neste prédio funcionou a primeira sede do Controle Externo.



No dia 10 de abril de 1986, Rondônia presenciou uma das mais importantes solenidades do Estado: a inauguração do edifício-sede do Tribunal de Contas, que contou com a presença das mais altas autoridades de Rondônia.

ESTAGIÁRIOS

Ampliando oportunidades de trabalho

Há sete anos atrás, em 1999, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia firmou convênio com várias instituições de ensino superior de Porto Velho, no sentido de contratar estudantes do 3º grau como estagiários. Com esta medida pretendia atingir dois objetivos: colaborar com a sociedade rondoniense para ampliar as oportunidades de trabalho para os futuros formandos, através de uma experiência no serviço público, e atender ao crescente volume de trabalho do Tribunal até a realização de um concurso público. Além disto, o estágio conta pontos como matéria obrigatória nos diferentes currículos acadêmicos.

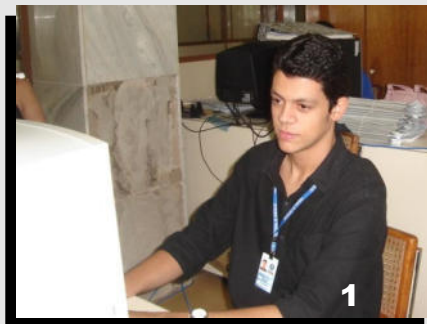
O TCE-RO requisita por ofício, às faculdades, acadêmicos das diversas especialidades requeridas no seu trabalho: direito, contabilidade, administração, economia. Os candidatos se inscrevem e passam por uma análise de seus currículos e uma entrevista no Tribunal.

A iniciativa mostrou-se totalmente exitosa: atualmente existem quarenta e um acadêmicos de direito, administração e contábeis realizando estágio no TCE-RO, distribuídos entre os vários Departamentos da Corte de Contas. Segundo o Secretário Geral de Administração, Luiz Francisco, além do salário de R\$ 452,00 e um horário reduzido, entre 07:30 e 11:30hs, que lhes permite dispor de tempo diário para estudar, os estagiários têm a oportunidade de seu primeiro contato com o ambiente de trabalho e aprendem na prática procedimentos e técnicas administrativas que os ajudarão no futuro.

A reportagem do INFORMATIVO procurou alguns estagiários para conhecer suas opiniões a respeito desta experiência. Segundo Welton Roney Nunes Ribeiro, lotado na Secretaria-Geral de Controle Externo, “o estágio está sendo muito bom, pois temos o aprendizado prático de coisas que a faculdade mostra em teoria.” Já a acadêmica Jéssica Kelly Pedroza da Silva, lotada no Departamento de Recursos Humanos, diz: “Está sendo ótimo pois

tem me proporcionado um grande aprendizado enquanto acadêmica de Direito, visto que este contato com a administração pública é pouco abordado da faculdade.”

Eraldo Azevedo da Silva Júnior (foto 1), estagiando no Departamento de Controle de



Atos de Pessoal, refere com entusiasmo: “É uma experiência nova: é meu primeiro estágio e tenho aprendido muito. Começou com um treinamento sobre Licitações e agora estou trabalhando com Aposentadorias e Pensões, conhecendo este assunto na prática.

Sobre sua opinião a respeito do estágio, a acadêmica Luciana dos Santos (foto 2), trabalhando no Departamento de Controle da Administração Direta do Estado diz que está adorando: “O estágio contribui para ampliar os conhecimentos da minha área, que é Contábeis. Eu vejo como uma oportunidade única!”.

Glauber Santos de Andrade, lotado na Secretaria-Geral das Sessões, afirma: “Estou achando ótimo, pois estou iniciando uma profissão. Vou ter muito mais experiência, na prática, depois de formado.”



Em março deste ano o TCE-RO firmou outro convênio, desta vez com a Secretaria Estadual de Educação. O propósito agora é a contratação de estudantes de ensino médio, com os mesmos objetivos, escolhidos entre alunos da rede pública de ensino. A SEDUC providenciou as normas de seleção e realizou um concurso de redação sobre o Tribunal de Contas para indicar os primeiros candidatos. Em fins de maio já tínhamos mais sangue novo nas repartições do TCE-RO.

POS-GRADUAÇÃO

Especialização para os servidores do TCE-RO

O curso de Pós Graduação *Latu Sensu* em Administração Pública teve início neste mês de maio e foi implementado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), através do Instituto de Estudos e Pesquisas Conselheiro José Renato da Frota Uchoa (IEP) em conjunto com a Escola de Contas, destinado aos servidores da Corte.

O convênio firmado entre o TCE-RO e a Fundação Riomar/Unir estará proporcionando a especialização a quarenta servidores do TCE-RO. Para isto, o Tribunal arcou com as despesas do curso, cabendo aos alunos uma contrapartida com o pagamento da taxa de inscrição e da matrícula.

Ao todo, são quatorze módulos divididos em Metodologia da pesquisa, Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Planejamento e Técnica de Elaboração de Relatório de Auditoria, Contabilidade Pública, Marketing de Organizações Pública, Finanças e Orçamento Público, Licitações, Contratos e Convênios, Controle e Prestações de Contas, Matemática Financeira Básica, Gestão de Projetos, Administração Pública, Gestão do Conhecimento, Auditoria Pública, Metodologia do Ensino Superior e Seminário de Conclusão (defesa).

O curso é desenvolvido três vezes por semana, em duas semanas a cada mês. De acordo com o cronograma, seu término está previsto para agosto de 2007. As aulas são ministradas nas dependências da Fundação Riomar, localizada na Avenida Abunã, 878, por professores da Unir.

A determinação dos inscritos deu-se através de um processo de seleção cujos critérios foram: avaliação curricular, histórico escolar e cursos de especialização já realizados pelo candidato. Houve 46 inscritos e 40 foram selecionados. A aula inaugural aconteceu no auditório do TCE-RO, no dia 25 de maio, presidida pelo Presidente em Exercício do TCE-RO, Conselheiro Edilson de Sousa e Silva.



Os alunos inscritos assistiram atentamente a aula inaugural, proferida no auditório do TCE-RO e ministrada pela Vice-Chefe do Departamento de Administração da Universidade Federal de Rondônia, Professora Sandra Magalhães.

PLANEJAR É PRECISO

Nova Secretaria entra em ação

Quando se fala em planejamento é natural pensar-se que atividades rotineiras não precisam dele. Há certa ligação natural entre a atividade de planejar e a de realizar atividades que fujam do cotidiano e corriqueiro. Nada mais errado: o planejamento serve mesmo em condições de trabalho repetitivo, pois é ele quem pode, além de tudo, mostrar o exato grau de eficiência e eficácia de nossas atividades.

Porque planejar não é apenas pensar em termos de criar um caminho lógico para nossas ações, de forma que elas produzam um certo resultado perseguido. Na verdade, planejar é um complexo grupo de ações intelectuais que envolvem o diagnóstico, a análise, a coordenação, o acompanhamento ou monitoramento e a avaliação final dos resultados de nossas ações ou atividades.

O planejamento é crucial na administração pública. O TCE-RO inaugurou, neste ano, sua Secretaria-Geral de Planejamento. Ainda que as tarefas do Tribunal, envolvendo programas e projetos da área de Controle Externo, sejam mais ou menos previsíveis, fato é que a própria dinâmica administrativa não pode prescindir de ter seus atos planejados no tempo e no espaço como única forma técnica apropriada para se obterem resultados sempre melhores. O próprio crescimento da aplicação dos Sistemas de Informação nas tarefas burocráticas, dentro dos modernos métodos de administração, implica em se ter adequados diagnósticos setoriais e propostas cada vez mais atualizadas de onde, quando e como agir para chegar a resultados mais eficazes e eficientes com o menor esforço e custo.

A Secretaria-Geral de Planejamento do TCE-RO, neste seu início de atividades, já vem promovendo, por exemplo, estudos

referentes à futura redistribuição do espaço físico do Tribunal quando da construção do Anexo, programada para este ano. Neste sentido, promoveu um Estudo de Identificação de Indicadores sobre a Força de Trabalho em Exercício e a Área Física Útil AFU (Ocupada) do Edifício Sede do Tribunal de Contas.

O estudo objetivou conhecer indicadores referenciais, extraídos das correlações entre as pessoas que laboram no edifício-sede do TCE-RO e as áreas ocupadas, em função dos “layouts” respectivos praticados pelas unidades administrativas. Com estes indicadores referenciais será possível conceber e estruturar, observados as conveniências administrativas setoriais, distribuições mais racionais na futura ocupação dos espaços criados com a construção do Anexo.

Para o atendimento às ações de aplicação de Sistemas de Informação no TCE-RO, elaborou, em conjunto com a Secretaria-Geral de Informática, uma programação de trabalho de infra-estruturação da SGI/TCE-RO, para o biênio 2006/2007, estando traçado o detalhamento das ações em cinco segmentos diferentes para o setor.

A elaboração da programação de trabalho da SGI/TCE-RO para o período projetado, representa o esforço de uma etapa importante do planejamento das ações a serem executadas, após detido diagnóstico. Dentro deste trabalho, aparece uma outra vertente onde se iniciaram estudos para a estruturação de instrumentos de controle e de acompanhamento para a realização do planejamento orçamentário, com discussões sobre procedimentos para acompanhamento e realização deste planejamento e a formatação de instrumentos de acompanhamento e planejamento da gestão orçamentária. ■

PROMOEX: SINAL DE PARTIDA

Entre os dias 8 e 9 de maio deste ano, em Brasília, verificaram-se os primeiros sinais de partida efetiva do PROMOEX, o Programa de Modernização dos Controles Externos dos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Uma grande reunião com todos os coordenadores de Unidades Executoras promoveu o alinhamento estratégico do programa e discutiu minutas dos convênios e ações dos grupos temáticos, além de atender aos questionamentos mais frequentes quanto à sua execução.

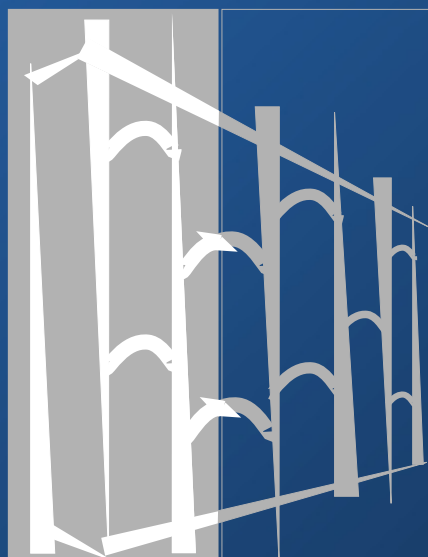
No dia seguinte, uma série de palestras de membros do Ministério do Planejamento abordou os objetivos e a metodologia do evento, como iniciar a execução do programa, os parâmetros para a contratação de consultoria de acordo com as normas BID, a elaboração de Termos de Referência e licitação nas modalidades Pregão e Registro de Preços.

A etapa seguinte foi totalmente apresentada por membros do Banco, quando foi feita a Abertura Oficial da Missão de Arranque do PROMOEX e realizadas palestras sobre procedimentos e mecanismos de execução do programa, aspectos financeiros da gestão do mesmo e políticas e procedimentos de aquisição do BID.

A Unidade Executora do programa no TCE-RO, composta pelos técnicos Adão Franco, Ivaldo Ferreira Viana, Manoel Fernandes Neto e Jailton Luiz Sampaio da Silva, participou de todos os eventos e aparece na foto ao lado da Dr^a. Sheila Maria Reis Ribeiro, Diretora Nacional do PROMOEX e PNAGE do Ministério do Planejamento.



A unidade executora do programa no TCE-RO: Jailton Luiz (esquerda), Ivaldo Ferreira, Dr^a Sheila Maria, Adão Franco e Manoel Fernandes.



TCE-RO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA